

Governança e Políticas Públicas de Proteção da Natureza

Marta de Azevedo Irving

**Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas e
Estratégias de Desenvolvimento (INCT)**

**Programa Eicos de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia
Social/IP e Programa de Políticas Públicas em Estratégias e
Desenvolvimento PPED/IE/UFRJ**

Marta.irving@mls.com.br

Contexto Internacional e Desafios

. De Estocolmo à Rio 92

- . Convenção da Diversidade Biológica e implicações...COP 10
- . As deliberações da IUCN e seus impactos globais
- . Convenção das Mudanças Climáticas e implicações
- . Convenção da Diversidade Cultural
- . Metas do Milênio e impactos em políticas públicas
- . A geopolítica e novas tendências
- . Rio + 20

Governança: Um conceito “inconveniente”

- ▶ Temática central → tomada de decisão compartilhada e mudança nas formas de controle (social)
- ▶ Relação Estado x sociedade em novas bases
- ▶ A partir de 1992 - Elaboração do Relatório “Nossa Comunidade Global”(1996)- Demanda da ONU
- ▶ Premissa: a estabilidade mundial depende da negociação de acordos e consensos, reafirmando a soberania e a gestão democrática das nações

Governança: Um conceito “perturbador”

- ▶ “governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns (...) processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas.”

(Nossa Comunidade Global, p02)

“Governança democrática - padrões de **interação** entre **instituições governamentais, agentes do mercado e atores sociais** que realizem a coordenação e, simultaneamente promovam ações de **inclusão social** e assegurem e ampliem a **participação social nos processos decisórios nas políticas públicas**, que devem ocorrer em **arenas** de intermediação entre instituições governamentais e atores sociais”.

▶ (Junior, Azevedo e Ribeiro, 2004)

Histórico das Políticas no Brasil

- . Arcabouço legal anteriormente a 1981
- . A Política Nacional de Meio Ambiente
- . A Constituição Federal
- . A Política Nacional de Recursos Hídricos
- . A Lei de Crimes Ambientais
- . A Política Nacional de Biodiversidade
- . O Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- . O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
- . A Política de Povos e Populações Tradicionais

Perspectiva preservacionista x socioambientalismo

Novas institucionalidades e compromisso de participação social

Estado da Arte

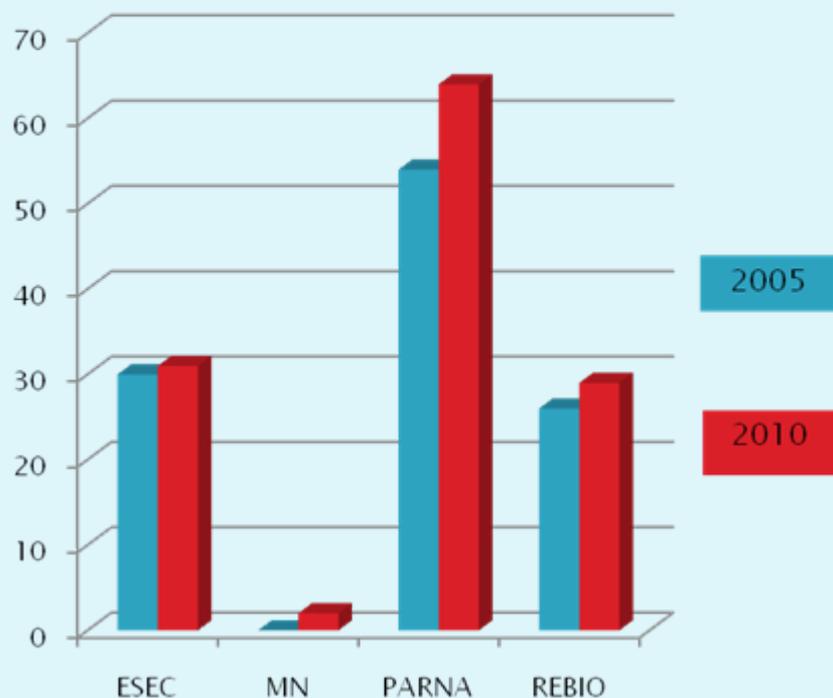
Unidades de Conservação Federais do Brasil – 2005 e 2010

Unidades de:	Categoria - Quantidades	Total em hectares			
		2005	2010	2005	2010
Proteção Integral: PI	Esec – Estação Ecológica	30	31	7.170.601	6.869.411,18
	MN – Monumento Natural	0	2	0	44.179,73
	Parna – Parque Nacional	54	64	17.493.010	24.705.236,36
	Rebio – Reserva Biológica	26	29	3.453.528	3.868.939,47
	Revis – Refúgio de Vida Silvestre	1	5	128.521	169.103,88
PI Total:				28.245.729	35.656.870,61
Uso Sustentável: US	APA – Área de Proteção Integral	29	31	7.666.689	9.899.433,67
	Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico	18	17	43.394	44.621,47
	Flona – Floresta Nacional e Estadual	58	65	14.471.924	16.556.903,48
	RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável	0	1	0	64.441,29
	Resex – Reserva Extrativista	36	59	8.012.977	12.270.116,44
US Total:				30.194.984	38.835.516,35
Total Geral de Unidades:	Área Georreferenciada Total			58.440.704	74.492.386,96

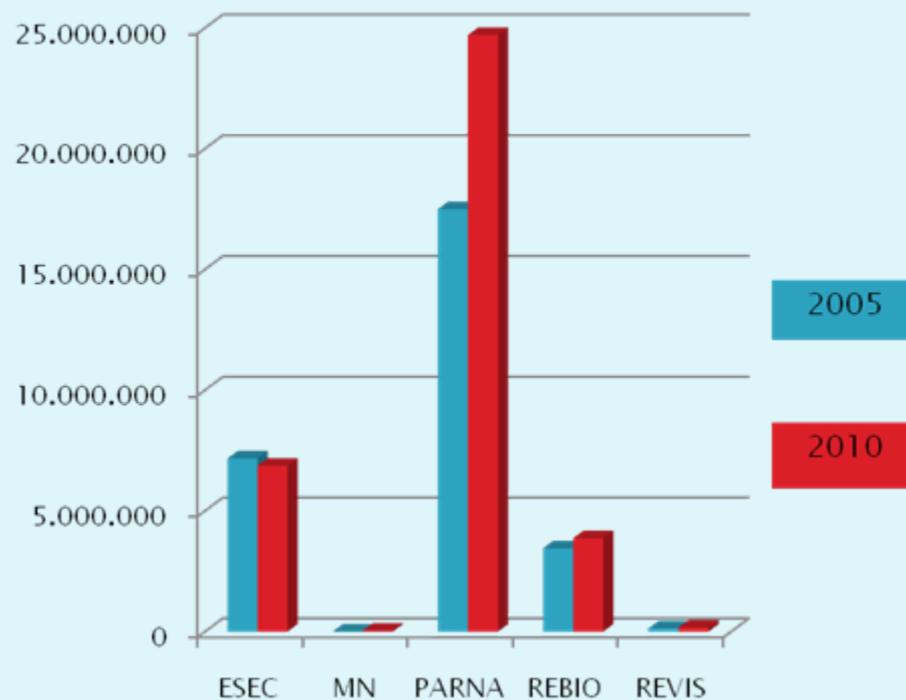
Fonte: http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/06_rylands_brandon.pdf ; www.icmbio.gov.br/menuprodutos-e-servicosdownloaduc_federal_icmbio.pdf

Estado da Arte

Número de UCs de Proteção Integral
2005 - 2010

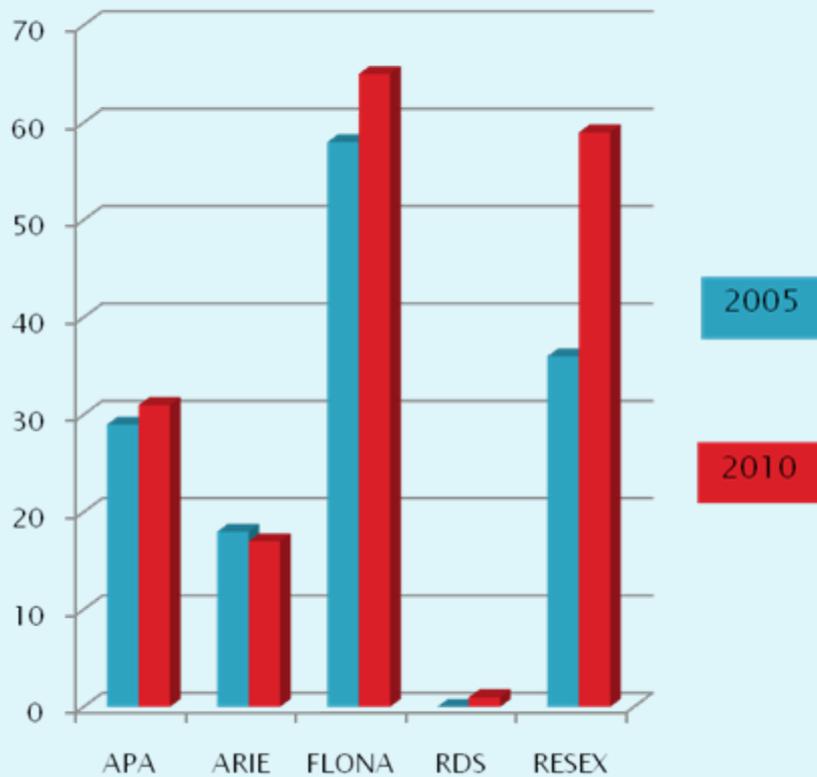


Hectares de UCs de Proteção Integral
2005 - 2010

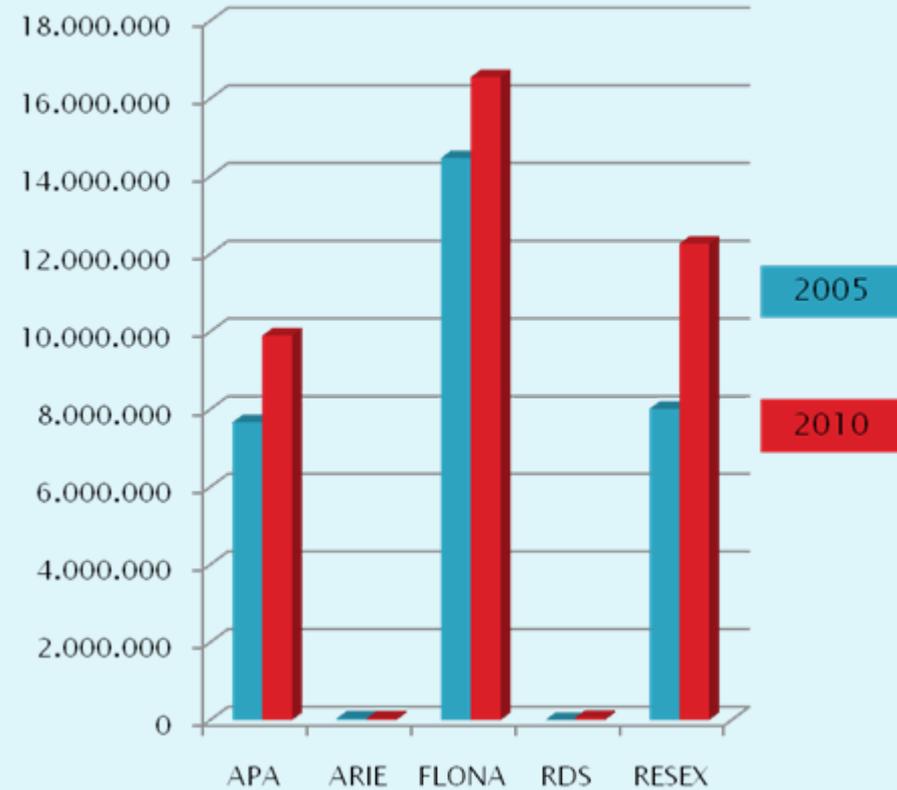


Estado da Arte

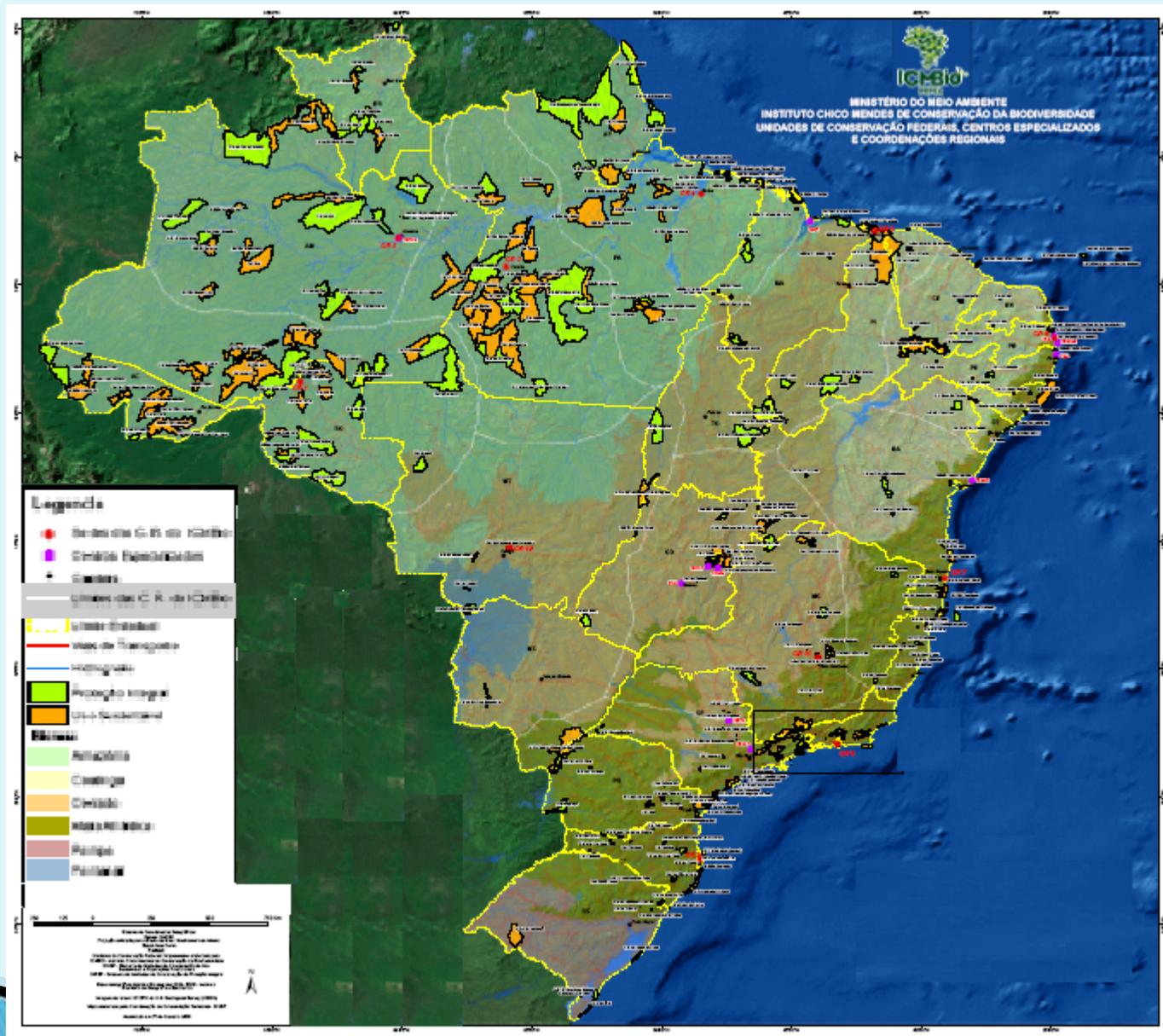
Número de UCs de Uso Sustentável
2005 - 2010



Hectares de UCs de Uso Sustentável
2005 - 2010



Estado da Arte



Estado da Arte

Superfície do Território Nacional: 851.487.659,9 ha

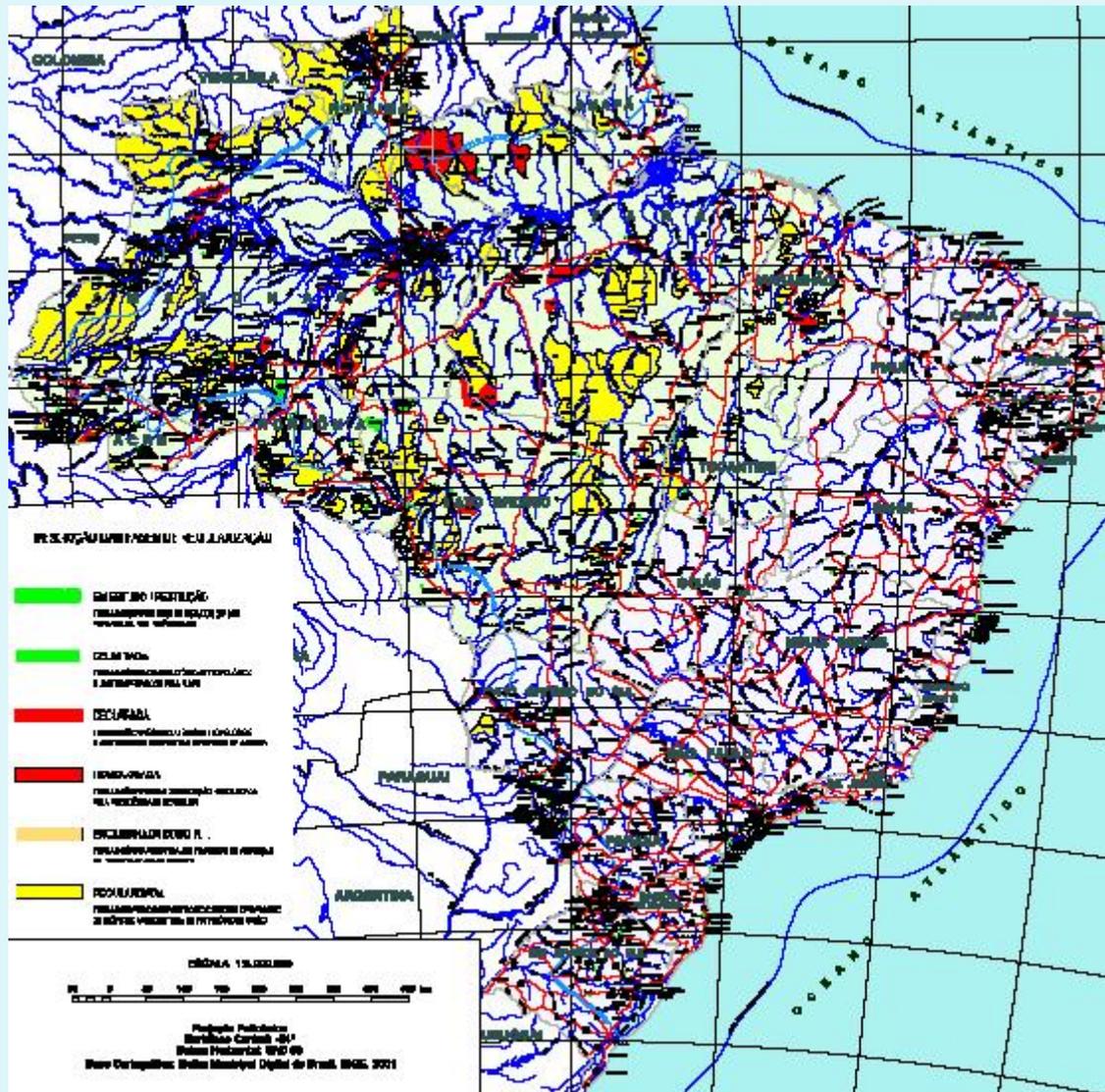
Terras Indígenas no Brasil - Quadro Geral

SITUAÇÃO	Nº DE TERRAS	SUPERFÍCIE (ha)
EM ESTUDO / RESTRIÇÃO	150	0
DELIMITADA	22	998.830
DECLARADA	46	2.574.691
HOMOLOGADA	28	5.430.334
ENCAMINHADA COMO R. I.	26	46.609
REGULARIZADA	402	98.568.074
TOTAL	674	107.620.338

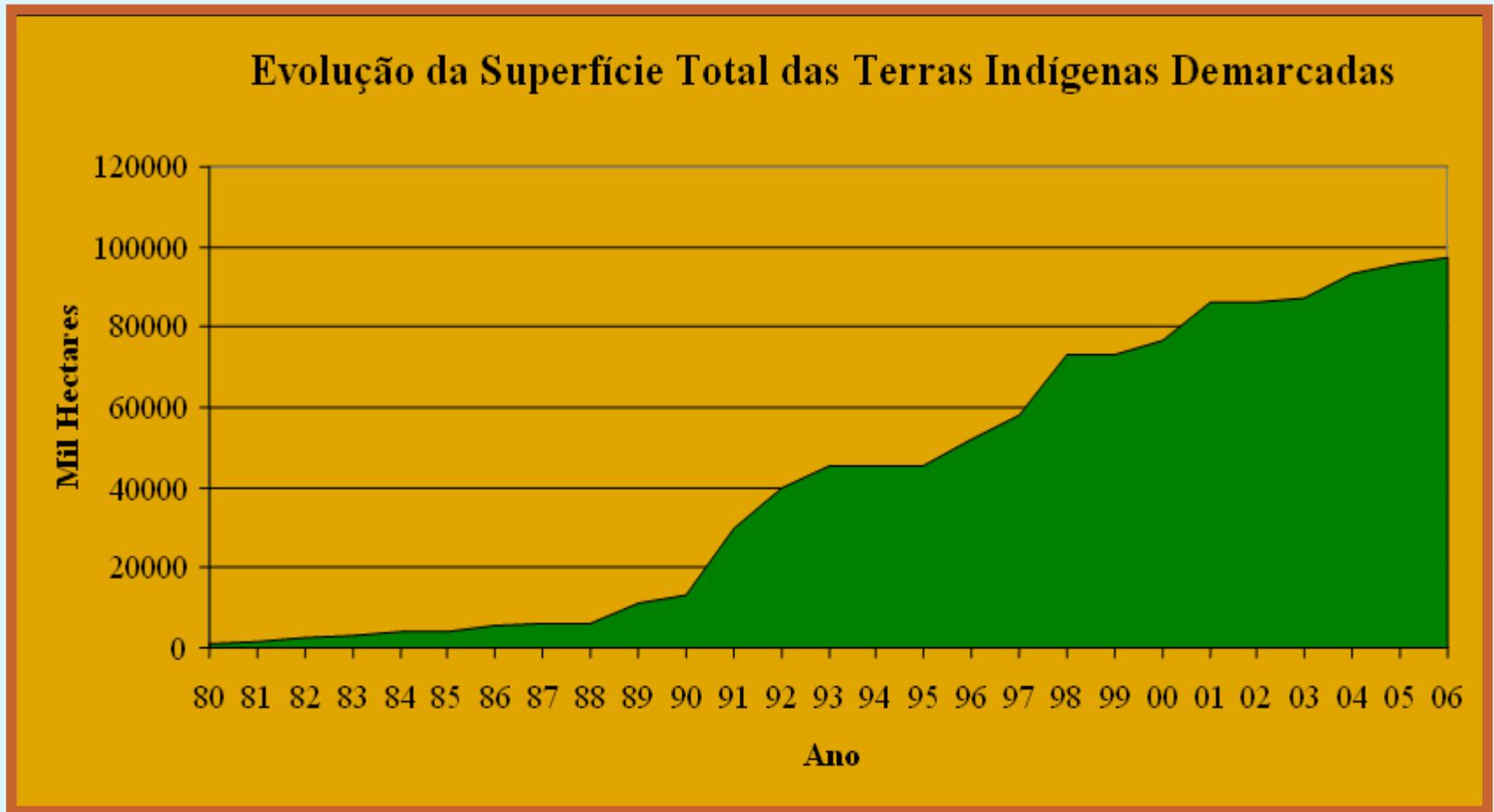
A superfície total das terras indígenas com limites já definidos corresponde a 12,64 % do território nacional

Fonte: <http://www.funai.gov.br/ultimas/informativos/daf/cgdp/2008/arquivos/Brasil.pdf>

Estado da Arte



Estado da Arte



► Fonte: <http://www.funai.gov.br/> 2007

Dimensão do problema

- . Apenas em UCs federais e TIS, aproximadamente 185 milhões de ha não computadas as UCs estaduais e municipais, RPPNs, Reservas Legais (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APPs)
- . Brasil: 8.512.000 km²...1.830.000 km (21%) protegidos (UCs e TIs)
- . França 551500 km² ...área 3x maior que a superfície francesa
- . Cultura Centralizadora, instituições públicas conservadoras e discurso de políticas extremamente progressista e inovador
- . Conflitos permanentes de políticas públicas sobre o mesmo território
- . Heterogeneidade cultural e distintas significações de natureza
- . Embate permanente entre demandas de desenvolvimento e conservação da natureza
- . Perspectiva social sobre a gestão da natureza incipiente (“Mito Moderno da Natureza Intocada”)

Enfoque urbano

- . Taxa de urbanização no Brasil, em 2009, de 84%
- . Na Região Metropolitana do RJ (2ª maior do país), 99,3% da população em áreas urbanas e UCs “encrustradas” em territórios “pulsantes”, em conflitos sociais de toda ordem.
- . Região Metropolitana do RJ engloba 20 municípios, 11.902.701 hab (IBGE, 2008) com superfície de 5.645 km², totalizando aproximadamente 3.410,73 km² de UCs
- . Amplificação do problema em planejamento e potencialização de conflitos em territórios circunscritos e sob pressão permanente
- . Nível de pressão antrópica marcante e crescente.
- . Expansão urbana de grandes centros como parâmetro de planejamento
- . Políticas de proteção da natureza x p. sociais x turismo x segurança

Enfoque urbano

- . Agenda marrom e conservação da biodiversidade
- . APs como últimos redutos de natureza, “bem estar” e lazer
- . Importância estética e cultural, lazer e identidade local
- . Favelização entre a apologia e o risco
- . Visibilidade de delitos e crimes ambientais e o papel da mídia
- . Questões graves de segurança na gestão
- . Gestão participativa e representação desigual de distintos atores sociais
- . Novas representações e protagonismo social

Tendências e Desafios

- . Embates sistemáticos entre as políticas de proteção da natureza e a tendência desenvolvimentista do novo governo (PAC e energia)
- . Aumento progressivo da pressão urbana sobre áreas protegidas
- . Valorização do turismo como alternativa de inclusão social
- . Pressão do Acordo de Nagoya com relação à conservação dos biomas “vulneráveis” e das Metas do Milênio, com relação às áreas de baixa renda
- . Papel crescente do grupo de países megadiversos nas decisões globais
- . Aprofundamento da temática de serviços ambientais

Tendências e Desafios

- . Internalização do valor da biodiversidade nos cálculos oficiais de desenvolvimento/crescimento
- . Fortalecimento do discurso de governança democrática na gestão da biodiversidade
- . Novos atores estratégicos em políticas de proteção da natureza no Brasil: Ministério Público, Midia, setor privado, Ministério da Defesa, Petrobrás...novas redes e alianças estratégicas.
- . Aumento de investimentos na questão de segurança pública
- . Projetos interdisciplinares complexos e ação transversal e interinstitucional irão exigir novos procedimentos de avaliação e contratação e formação de RH
- . Informação e transparência como perspectiva estratégica

Finalizando... Para recomençar...

“ Caminante no hay camino. El camino se hace al andar”

Antonio Machado

Obrigada!